

3 — A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

24 de janeiro de 2018. — O Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, *Fernando Manuel Ferreira Araújo*.

311087997

Gabinetes do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde e da Secretária de Estado da Saúde

Despacho n.º 1181/2018

Pelo Despacho n.º 15300-A/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 242 de 20 de dezembro de 2016, foi determinada a constituição de uma comissão externa para o acompanhamento do Programa Estratégico Nacional de Fracionamento de Plasma Humano 2015-2019, a ser regulada por despacho no prazo de 30 dias, mediante apresentação de proposta nominativa do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I. P.

Através do Despacho n.º 1081-A/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 20, de 27 de janeiro de 2017, foi criada a Comissão Externa para o Acompanhamento do Programa Estratégico Nacional de Fracionamento de Plasma Humano 2015-2019, competindo-lhe no âmbito deste Programa Estratégico, acompanhar e monitorizar os objetivos traçados e as iniciativas previstas, bem como pronunciar-se sobre questões suscitadas e recomendar estratégias de atuação.

Considerando que se torna necessário alterar a composição desta Comissão Externa, por impedimento de dois dos representantes nomeados.

Determina-se o seguinte:

1 — Gracinda de Sousa, representante do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I. P., que preside à Comissão Externa para o Acompanhamento do Programa Estratégico Nacional de Fracionamento de Plasma Humano 2015-2019, é substituída por Victor Manuel da Conceição Marques.

2 — Rui Pires representante da Associação Portuguesa de Hemofilia e outras Coagulopatias Congénitas, é substituído pelo Carlos Manuel Canhoto Mota.

3 — O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

23 de janeiro de 2018. — O Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, *Fernando Manuel Ferreira Araújo*. — 24 de janeiro de 2018. — A Secretária de Estado da Saúde, *Rosa Augusta Valente de Matos Zorrinho*.

311088466

Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

Aviso n.º 1522/2018

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final, do procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho, previsto e não ocupado, da carreira de técnico superior, do mapa de pessoal da Comissão para a Dissuasão da Toxicod dependência (CDT) de Vila Real, visando o exercício de funções em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, conforme Aviso de abertura n.º 4514/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 65, de 4 de abril de 2016.

Lista unitária de ordenação final

Candidatos aprovados:

Ordenação	Nome	Classificação
1.º classificado	Adelaide Maria Rocha Vilela	16,82 valores
2.º classificado	Ana Cristina Correia Marques	15,17 valores

Candidatos excluídos:

Aurora Mara Ribeiro da Silva (a).
Miguel Jorge Ferreira Granja dos Santos (a).
Paula Alexandra Campos Monteiro (a).
Vanessa Celine Desserre (a).

(a) Não compareceu à Entrevista Profissional de Seleção.

A presente lista foi homologada por meu despacho de 16/01/2018, tendo sido afixada na respetiva Comissão para a Dissuasão da Toxicod dependência de Vila Real e publicada na página eletrónica do SICAD.

16 de janeiro de 2018. — O Diretor-Geral, *João Castel-Branco Goulão*.
311077888

ECONOMIA

Instituto do Turismo de Portugal, I. P.

Aviso n.º 1523/2018

Torna-se público que, nos termos do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, foi autorizada, com efeitos a 01 de outubro de 2017, a consolidação definitiva da mobilidade interna, de Anabela Lopes Quezada Milhinhos para ocupar um posto de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico no mapa de pessoal do Turismo de Portugal, I. P., mantendo a posição remuneratória e nível remuneratório da situação jurídica funcional de origem.

28 de setembro de 2017. — A Diretora Coordenadora da Direção de Recursos Humanos, *Elsa Cristina Pinto Barbosa Gomes da Cruz Deus Vieira*.

311078705

AMBIENTE

Secretaria-Geral

Aviso n.º 1524/2018

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que na sequência de procedimento concursal para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior do Gabinete de Relações Públicas, Comunicação e Documentação, aberto pelo aviso n.º 15975/2016, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 245, de 23 de dezembro, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com Duarte Nuno Mourão Salazar Branquinho, com efeitos a 1/10/2017, sendo o seu vencimento o correspondente à 2.ª posição, nível 15.

19 de janeiro de 2018. — A Secretária-Geral, *Alexandra Carvalho*.
311078292

Aviso n.º 1525/2018

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, faz-se público que, por despacho de 28/09/2017, foi homologada a lista unitária de ordenação final, que se encontra disponibilizada na página eletrónica da Secretaria-Geral, relativa ao procedimento concursal para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior do Gabinete de Relações Públicas, Comunicação e Documentação, aberto por aviso n.º 15975/2016, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 245, de 23 de dezembro.

19 de janeiro de 2018. — A Secretária-Geral, *Alexandra Carvalho*.
311078187

MAR

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

Aviso n.º 1526/2018

Abertura de procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de 2 (dois) técnicos superiores, com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, para a Divisão de Gestão de Compras e Património (DGCP), da Direção de Serviços de Administração Geral (DSAG), da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM).

1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º e no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela